

Políticas Públicas Arquivísticas numa sondagem com a BRAPCI: um mapeamento de comunicação científica brasileira em ciência da informação

Luiz Carlos Silva Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Espírito Santo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-1443-5879>
 luizarquivologia@gmail.com

Rosa da Penha Ferreira da Costa Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Espírito Santo, Brasil
<http://orcid.org/0000-0001-5383-6723>
 rosapenha2012@gmail.com

Marcelo Calderari Miguel Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Espírito Santo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-7876-9392>
 marcelocalderari@yahoo.com.br

Resumo Traz à baila alguns intrínsecos representativos da temática política pública de arquivo na ciência da informação. Trata-se de uma pesquisa exploratória com objetivo geral de mapear a produção científica sobre o tema Políticas Públicas Arquivísticas, nos artigos de periódicos publicados na base de dados Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI, no período de 2011 - 2020 O método mapeamento sistemático pauta a análise e assim, se ratifica um tímido número de publicações, uma vez que após as etapas iniciais do mapeamento sistemático (busca, coleta e filtragem das referências), concretizou-se uma amostra composta por 21 artigos, distribuídos em 13 periódicos. Os resultados mostram a prevalência da autoria individual com reduzido foco a uma rede de colaboração. Concluiu-se que o tema permanece em voga, não obstante mais esforços devem ser empreendidos para se garantir a qualificação e o perene debate das políticas arquivísticas para a visibilidade dessas no século XXI.

Palavras-chave Arquivologia. Memória documental. Política Pública de Arquivo. Políticas Públicas Arquivísticas. Representação científica

Archivist Public policies on a survey with BRAPCI: a mapping of scientific communication of information science

Abstract It brings up some intrinsic elements representative of the public policy of archiving in information science. This is an exploratory research with the general objective of mapping scientific production on the theme Public Archival Policies, in the articles of journals published in the Database of Referential Database of Articles in Information Science - BRAPCI, in the period of 2011 - 2020 The systematic mapping method guides the analysis and thus confirms a small number of publications, since after the initial stages of systematic mapping (search, collection and filtering of references), a sample consisting of 21 articles , distributed in 13 journals. The results show the prevalence of individual authorship with reduced focus on a collaboration network. It was concluded that the theme remains in vogue, despite the fact that more efforts must be made to guarantee the qualification and the perennial debate of archival policies for their visibility in the 21st century.

Keywords Archival science. Documentary memory. Archives and records public policy. Scientific representation



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 07/08/2020
 Aprovado em 07/11/2020
 Publicado em 16/02/2021

1 INTRODUÇÃO

Os documentos registram as atividades institucionais e pessoais e, por isso, têm valor de prova e testemunho. Esses registros são armazenados, desencadeando a formação de grandes conjuntos documentais, que atendem à demanda informacional pública e/ou privada nas áreas administrativas, jurídicas, econômicas, culturais, etc. Os documentos de arquivo também atendem à demanda informacional de cidadania e colaboram para a fiscalização do Estado, sendo à base da transparência pública, conduzindo a necessidade das políticas públicas nesses ambientes.

Por isso, são necessários entendimentos que antecedam essas atividades, ou seja, os caminhos em que trafegam os documentos, que se prestam as funções informacionais, que servem de substrato à tomada de decisões. Esta discussão temática encontra-se no âmbito da política pública, mais especificamente da política pública de arquivo.

Políticas Públicas Arquivísticas, segundo aponta Jardim (2006, p. 10), fazem menção a um conjunto de ações, decisões e premissas “– produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, ao uso e à preservação da informação arquivística da natureza pública e privada”. Jardim (2006) leva a questionar e problematizar a existência de políticas públicas de arquivo no Brasil.

Além desse autor, elementos apontados por Durce e Sousa (2013) como a necessidade de definição das ações e metas servem para efetivar o conjunto do processo prático das normas para dar a garantia legal das ações.

O estudo aqui apresentado buscou mapear a produção científica sobre o tema Políticas Públicas Arquivísticas, nos artigos de periódicos publicados na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), no período de 2011 - 2020. Seus objetivos específicos são: identificar os periódicos científicos que trabalham o tema ‘Políticas Públicas de Arquivo’; saber o ano de sua publicação; apreciar as palavras-chave mais utilizadas para espelhar o tema (tradução diretiva do texto) e, conhecer o rol de vocábulos situantes da temática – mais recorrentes em resumos, títulos e textos.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com coleta e descrição dos dados realizados no acervo da BRAPCI, por tratar-se de uma base que permite ter uma visão de conjunto da área de Ciência da Informação (CI). Conforme Martins (2013) apud Santa Anna (2017, p. 489):

No âmbito desse mapeamento, levantar as informações presentes na amostra de pesquisa, de um modo geral, pode conduzir à análise da produção científica de um determinado campo do conhecimento, área temática ou mesmo assuntos específicos, consistindo, dessa forma, como uma ferramenta fundamental no sentido de se “[...] perceber ou não a ocorrência de estruturas, tendências, dinâmicas e movimentos sociais que podem estar expressos nessa produção, seja analisada de forma específica ou em estudos comparados com outras áreas, temas e assuntos [...]” (MARTINS, 2013, p.71, apud SANTA ANNA, 2017, p. 489).

O trabalho encontra-se dividido nas seguintes seções: Políticas Públicas, com uma subseção As Políticas Públicas Arquivísticas; Procedimentos Metodológicos, com a subseção Processo de busca, coleta e delimitação do tema na base de dados; Apresentação e análise dos resultados, também com uma subseção: Dados bibliométricos gerais sobre as pesquisas de memória organizacional e ontologias e Considerações Finais, além desta Introdução.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

A princípio, a ciência política considerava as políticas públicas quase exclusivamente como *outputs* (ou seja: saídas) do sistema político, o que justificava o fato da atenção dos investigadores ter se concentrado, inicialmente, nos *inputs* (entradas), isto é, nas demandas e articulações de interesse, hoje relegada à terminologia *eastoniana*¹. Dito de outra forma, no início, antecedendo o reconhecimento das políticas públicas como uma subárea da disciplina política, a ênfase dos estudos recaía, como na maioria das pesquisas de hoje, nos processos de formação de políticas públicas, o que parece refletir o *status* privilegiado que os processos decisórios sempre desfrutaram junto aos profissionais da área (RADAELLI, 1995, Tradução FARIA, 2003).

Em um segundo momento, a partir da década de 1950, passou-se à definição das próprias políticas públicas como unidades de análise, o que gradualmente conferiu destaque aos aspectos dinâmicos do chamado *policy processe* aos distintos atores, estatais e não estatais usualmente nelas envolvidos (RADAELLI, 1995, Tradução FARIA, 2003).

Nas duas últimas décadas, os estudos acerca da interação entre os atores estatais e privados, no processo de produção das políticas públicas, passaram por significativas reformulações (FARIA, 2003), conduzindo ao desafio de responder: o que, afinal, determina as políticas públicas?

¹ Em termos gerais, a teoria eastoniana pressupõe que os sistemas políticos são grupos de variáveis que funcionam de forma inter-relacionadas com a finalidade de prover a alocação autoritária de valores para uma determinada sociedade, ou seja, as políticas públicas ou *outputs*.

Para responder esta intrigante questão, acadêmicos da administração pública, ciência política e economia vêm nos últimos cinquenta anos se empenhando na análise da influência de aspectos ambientais (socioeconômicos e demográficos) e políticos na explicação das variações dos resultados das ações governamentais (CAVALCANTE, 2011, p. 2).

O subcampo ‘estudo comparado’ (*comparative policy analysis*), num primeiro momento, foi dominado pelas análises dos estados norte-americanos. “Isso ocorreu em função da quantidade e qualidade dos dados disponíveis sobre resultados das políticas, do funcionamento do sistema político e das variáveis econômicas, sociais e culturais” (SILVA, 2020, p. 41). Não obstante, Cavalcante (2011) ressalta que essas pesquisas caminharam para abordagens comparadas de diversas áreas das políticas públicas, entre diversos países e governos locais como os Estados Unidos da América (EUA) e na América Latina, mais especificamente, México e Brasil. Por conseguinte, o mesmo autor explica-nos a finalidade dos pesquisadores, o papel e o objetivo das políticas públicas enquanto estudo. Relata que é:

[...] identificar e mensurar o papel que a política, em seus aspectos diversos, desempenha. Os estudos utilizam um conjunto vasto de variáveis que se ajustam de acordo com os objetivos das investigações e disponibilidade de dados empíricos. Entretanto, de modo geral, seu eixo conceitual visa testar pressupostos clássicos da teoria da democracia mediante estratégias analíticas variadas. O compromisso é nitidamente positivista voltado à explicação da política pública e de seus resultados (outputs), ao invés de propor alternativas e recomendações para os problemas públicos, conforme perspectivas normativas e prescritivas (CAVALCANTE, 2011, p. 2).

Lotta (2012) comenta, além das assertivas de Cavalcante, a respeito da verificação de que uma parcela da literatura assume o significado das políticas como compartilhado entre atores políticos encarregados por sua formulação e implementação.

Destarte, nos informa que:

[...] muitas vezes, as políticas públicas são permeadas por conflitos e decisões vagas, além de falta de diretrizes e guias práticos. Além do mais, o foco da literatura, reside mais no governo e não em outras entidades ou setores que afetam direta ou indiretamente a implementação. Há, portanto uma lacuna nos estudos, por não focarem os fatores ambientais e as influências de contexto que existem e afetam os processos de implementação (LOTTA, 2012, p.21).

Quando conceituamos “políticas públicas”, verificamos que sua execução precisa da adesão dos implementadores. Somente assim são atendidas as necessidades coletivas. Por isso, a política pública não deve ser vista apenas como um procedimento técnico, sendo, também, um campo de

embates políticos. Esse instrumento caracteriza-se como ações do governo para os governados, que devem se mobilizar no combate das diferenças e das desigualdades da vida social, por meio de decisões e ações coletivas. Essas escolhas medeiam à resolução de conflitos no que se refere ao acesso e fruição dos bens públicos (RODRIGUES, 2011).

Silva (1998), por sua vez, identifica algumas características comuns às políticas públicas, ainda que estas ocorram em diferentes graus: relações de poder e legitimidade; espaços de trocas; elementos de valor e conhecimento; normas, regulamentos e procedimentos; necessidade de escolhas; sentidos e valores culturais; uma ideologia que a gere e a sustente; planejamento orçamentário; organograma e estrutura organizacional hierárquica setorial; integração e inter-relacionamento entre seus vários aspectos e níveis (federal, estadual e municipal); programas e projetos específicos; dinamismo para as necessárias atualizações; participação dos setores interessados; representação democrática da sociedade na sua formulação e implementação; atendimento de diferentes demandas; critérios de aferição e avaliação de seus resultados; e atenção para as correções necessárias ao longo de sua trajetória.

Com o objetivo de sintetizar todas essas dimensões, Jardim (2006) citou o modelo no qual essas políticas são divididas em três fases sucessivas: formulação, implementação e avaliação. Queiroz (2009) apresenta uma fase a mais do que as mencionadas por Jardim, citando a “reprogramação”, que tem o objetivo de realizar os ajustes e correções. Rodrigues (2010) chega a apresentar seis ciclos da política pública. De acordo com o modelo por ela apresentado, as políticas públicas são concebidas como um processo, composto por um conjunto de atividades ("etapas" ou "estágios") que visam atender às demandas e interesses da sociedade. Essas atividades constituem-se de sistemas complexos de decisões e ações, tomadas por parte da autoridade legítima (ou instituições governamentais), de acordo com a lei. Entre essas atividades, estão: **preparação da decisão política, agenda setting, formulação, implementação, monitoramento e avaliação.**

Por isso identificamos a política pública como um processo dinâmico, sujeito a alterações diversas ao longo do tempo. Assim também se comporta o ciclo de políticas, trata-se de uma esquematização teórica em fases sequenciais e interdependentes, descritas conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1. Comparativo das fases da política

Autores/Fases	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5	Fase 6
Jardim (2006)	Formulação	Implementação	Avaliação			
Queiroz (2009)	Formulação	Implementação	Avaliação	Reprogramação		
Howlett, Ramesh & Perl (2013)	Formação da agenda	Formulação da política	Tomada de decisão	Implementação	Avaliação	
Rodrigues (2011)	Preparação	Agenda	Formulação	Implementação	Monitoramento	Avaliação

Fonte: adaptado de Silva (2020).

Por fim, ao analisar o contexto social, político, econômico e cultural em que se realizam as políticas públicas, nos deparamos com um ambiente que necessita de informações para complementar esse ciclo da política. A política pública depende de informações que estão ou podem estar acessíveis ao público.

A necessidade de informação também pode estar correlacionada a outras políticas públicas, como as políticas econômicas, sociais e tecnológicas, porém nos ateremos às políticas públicas de arquivos.

2.1 As políticas públicas arquivísticas

Comenta Jardim (2013) que desde o ano de 2011, o tema política de arquivos tornou-se muito enfático a partir do Movimento em Prol do Arquivo Nacional e da Política Nacional de Arquivos, que resultou na I Conferência Nacional de Arquivos (I CNARQ). Afirma ainda que “jamais se discutiu tanto políticas públicas arquivísticas no Brasil, as suas possibilidades como tema de pesquisa e a sua ausência no universo das políticas públicas (JARDIM, 2013, p. 36)”.

Jardim (2006) declara que as políticas públicas arquivísticas constituem uma das dimensões das políticas informacionais, as quais são normatizadas pela legislação arquivística, que não se constitui em si mesma uma política, pois essa última também depende, para existir, de procedimento de implementação e avaliação.

Quanto à implementação e formulação das políticas arquivísticas, o Governo Federal, as desenvolve através do Arquivo Nacional, que é um órgão, por lei, garantidor da preservação e do acesso à informação contida nos documentos arquivísticos. Pertencente à administração pública Federal, a ele fica vinculado o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), responsável pela implantação da Política Nacional dos Arquivos. Como atribuições, Silva (1996) comenta que:

Criado em 1838, o Arquivo Nacional tem por atribuição regimental receber, organizar, preservar e divulgar o patrimônio documental do País, especialmente os documentos produzidos e acumulados na esfera do Poder Executivo Federal, com a finalidade de apoiar o Governo em suas decisões político-administrativas e o cidadão na defesa de seus direitos, bem como incentivar a pesquisa histórica e implementar a política arquivística do Governo Federal (SILVA, 1996, p. 01).

Informa, ainda, que, especialmente no que tange à política arquivística do governo federal, o Arquivo Nacional (AN) ganha o necessário amparo legal para desenvolver um amplo programa de ação técnica junto aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, no sentido de prestar orientação especializada quanto ao melhor gerenciamento de seus arquivos. Esta iniciativa visa alcançar agilidade no acesso e na recuperação da informação pública, redução nos custos de armazenagem dos documentos e seleção criteriosa da massa documental a ser preservada (SILVA, 1996, p. 1).

No Brasil, as políticas públicas voltadas aos arquivos fortuitamente estiveram alicerçadas na salvaguarda das informações, destacando-se, por exemplo, o sigilo, aspecto que diz respeito mais ao conteúdo informacional do documento do que seus aspectos propriamente arquivísticos. Segundo Rodrigues (2011), o regime militar de 1964, fundamentado na legislação do pós-guerra, buscou proteger o segredo governamental da sociedade brasileira, por meio de dois decretos. Um deles é o Decreto nº 79.099, de 06 de janeiro de 1977, que aprovou o regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos, o qual supostamente justifica atualmente, a destruição dos documentos referentes à época da ditadura (BRASIL, 1977).

Indolfo (2013), por sua vez, relatou que o ponto de partida para a conquista de uma legislação que contemplasse o acesso à informação, e aos arquivos, surgiu com a promulgação da Constituição da República Federativa Brasileira, em 1988. Essa “lei maior” assegurou aos cidadãos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, ressalvadas aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, bem como o dever da administração pública de fazer a gestão da documentação governamental.

As políticas públicas de arquivo, segundo Sousa (2006), devem ser pautadas, primeiramente, no direito do cidadão à informação e, também, no apoio à administração, à proteção da memória e ao desenvolvimento científico. Por isso Silva (2020, p. 57) comenta que “é relevante que as políticas arquivísticas apresentem transversalidade ou intersecção com outras políticas públicas, tendo em vista a importância da informação para cada uma delas”. Porém, no tocante a essa questão, Jardim (2006) afirma que a transversalidade das políticas arquivísticas

interseccionam com outras políticas públicas e causam impactos nas organizações das áreas da saúde, ciência ou habitação, devido à importância da informação para a execução das atividades administrativas.

Pinto (2012) comenta que as políticas públicas arquivísticas, no Brasil, foram consideradas como um conjunto de ações ou atitudes, pensadas e tomadas pelo poder público, ou sugeridas pelo Conarq, para criar estratégias, metas e, também, padronizarem a produção, organização, uso, preservação e acesso aos documentos, que foram produzidos no decorrer das funções administrativas de determinados órgãos públicos ou privados. Porém, uma vez mais, Jardim (2006) matiza e completa essa perspectiva, considerando as políticas públicas arquivísticas como o conjunto de premissas, decisões e ações (produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social), que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.), relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. Garante que estas políticas podem ser setoriais, em função das características de produção dos arquivos, tipologia, utilização, demarcação administrativa, etc., assim como, podem apresentar uma configuração nacional, regional ou local.

Um aspecto singular, quase não percebido, parece ser fundamental quando analisamos ou gerenciamos políticas públicas arquivísticas. Trata-se da diversidade² da nossa realidade arquivística, expressão da diversidade que marca um país como o Brasil. Essa diversidade está presente no decorrer da nossa história e no quadro da contemporaneidade brasileira (JARDIM, 2009), também visível na diversidade de organizações que compõem nossa economia, administração, geografia, sociedade, população e cultura, se refletindo nas atividades arquivísticas e, conseqüentemente, nas políticas de arquivo.

A diversidade acima expressada relaciona-se a outras questões. Jardim (2006; 2011) menciona que um aspecto frequente é confundir legislação arquivística com política arquivística. A

² O autor Jardim (2009) reporta que a diversidade se faz presente em várias manifestações do pensamento social brasileiro, especialmente após 1822, nos projetos modernistas, nas perspectivas ideológicas democráticas e nas autoritárias. Alguns traços, porém, parecem recorrentes no reconhecimento da nossa diversidade, tomada, a princípio, na maioria das “interpretações do Brasil”, como um atributo positivo: nossa diversidade geográfica; nossa diversidade populacional; nossa diversidade cultural; nossa diversidade social; nossa diversidade econômica. Sugere assim que as instituições arquivísticas, responsáveis pelas políticas arquivísticas, tenham como um objetivo prioritário a aquisição de mais conhecimento sobre o universo que é (ou deveria ser) objeto dessas políticas. Ainda, cabe destacar a necessidade de coletar e interpretar – com dinamismo, periodicidade e transparência – informações sobre o meio-ambiente da instituição, seja a administração pública ou a sociedade em geral. Isso requer desde estudos de usos e usuários da informação arquivísticas em diversos contextos até, por exemplo, o recenseamento dos arquivos privados de um estado ou município.

legislação fornece elementos normalizadores à política arquivística, mas não é a política em si mesma. Deve ser considerada como o marco zero de uma nova era. A viabilidade dessa legislação torna-se comprometida caso não seja, simultaneamente, instrumento e objeto de uma política arquivística. Essas últimas, por sua vez, se caracterizam como políticas porque implicam em planejamento (Sousa, 2006). Em outras palavras, as políticas têm objetivos definidos coletivamente através de programas e projetos que atendam a essas finalidades.

As afirmações anteriores nos conduzem a pensar na atuação da área de arquivos, não como uma atitude de remediação, ou seja, de agirmos somente depois do problema surgir e se consolidar. Deveríamos antecipar-nos às possíveis intercorrências que prejudicam o bom trâmite da informação, que está registrada nos documentos, e executar as ações previsíveis na política de arquivos para proteger a integridade documental.

O autor Sousa (2006) previu um novo problema arquivístico, ou seja: antes de solucionarmos aqueles existentes nos conjuntos documentais em suportes tradicionais. Presenciamos um novo desafio: as grandes massas de informação eletrônica que são acumuladas diariamente pelas organizações públicas e privadas. A banalização das novas tecnologias da informação, que permitiu uma informatização crescente das atividades nos setores de trabalho, 'tornou-se uma questão que, em pouco tempo, se transformará, também, em um grande e insolúvel problema' (SOUSA, 2006). Esta proposição está sendo superada porque as novas tecnologias de informação e comunicação e o armazenamento ordeiro dos documentos e das informações digitais são objetos de trabalho do arquivista na era digital. Verifica-se também o uso pelo arquivista de ferramentas em ambientes da web como e-mail, redes sociais, bancos de dados e repositórios confiáveis de documentos arquivísticos, para tornar as informações acessíveis e seguras aos usuários.

Quanto ao aspecto legal das políticas arquivísticas, deve ser mediado por uma ação constituída pelas instituições arquivísticas e o poder público. Deverá envolver todos os escalões da organização, principalmente na formação da comissão de avaliação de documentos, a ser composta, também, por gestores e executivos. Representando as instituições, os arquivistas, deverão dialogar com legisladores e administradores que compõem o poder público, para reverter os problemas e garantir consequências positivas para o patrimônio documental e informacional da sociedade.

Grosso modo, Jardim (2018, p. 40) argui que é "cada vez mais evidente que as várias facetas da macro e microgestão dos sistemas/redes e políticas arquivísticos apresentam

interfaces, diálogos e interseções com vários atores e agências socioinformacionais em um ambiente informacional multifacetado e em constante alteração”. Constata-se, portanto, que as políticas arquivísticas são de competência dos governos federais, estaduais e municipais. A adoção de políticas de gestão documental criteriosa e estratégica pode conduzir os arquivos a uma posição de serem capazes de promover a eficiência e a eficácia na administração pública.

Em suma, “por meio de técnicas e métodos específicos, é possível identificar, analisar e avaliar a produção científica, considerando determinados contextos, ambientes, temáticas, áreas de conhecimento, dentre outras categoriais” (SANTA ANNA, 2017, p. 494). Por conseguinte, do ponto de vista acadêmico, os métodos e arranjos organizacionais colocados na pauta das políticas públicas arquivísticas podem variar ao longo do tempo e dependendo do contexto. Como dito anteriormente, esta pesquisa restringe-se ao acervo da BRAPCI, no período de 2011 – 2020.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos situam a pesquisa como exploratória, pois esta, afirma Gil (2010), permite decompor tendências para essências estudadas num contexto específico de investigação. O mapeamento sistemático adentra nos procedimentos metodológicos situando um construto para a síntese de dados, conforme sinaliza a ilustração (quadro 2) a seguir:

Quadro 2. O processo de mapeamento sistemático da literatura (MSL)

Estudos Secundários	Mapeamento Sistemático	Revisão Sistemática
	Síntese de dados que facilita o entendimento e a projeção de uma área ou campo do saber	
Objetivo	O escopo aqui é "tirar uma foto" do que está acontecendo e tentar entender como (e o que) as pessoas da área já pesquisaram sobre algum tema.	O desígnio aqui é mais que "tirar uma foto" do que está acontecendo e tentar entender o retrato sobre as interfaces das pesquisas e em um núcleo temático.
Interesse	Verificar quem são os autores que mais publicam quem são as instituições, quais são os anos das publicações, quais são os métodos de pesquisa, quais conferências e revistas que outros pesquisadores publicam, quais são os questionários utilizados, quais são as variáveis investigadas.	Verificar os autores que mais produzem as instituições mais empenhadas, quais são os anos das publicações, quais são os métodos de pesquisa, quais são as técnicas utilizadas, quais são as variáveis investigadas, as redes de colaboração e os indicativos de impacto das revistas científicas.
Essência	Um mapeamento sistemático é muito importante para quem está começando em uma nova área de pesquisa, e certamente importante em um doutorado para dar a primeira imersão do pesquisador na área.	Revisão sistemática, sempre vai buscar analisar o efeito de variáveis, e fazendo alguma síntese, e se concentrada nas relações e causalidade entre variáveis, buscando entender o efeito do tratamento.

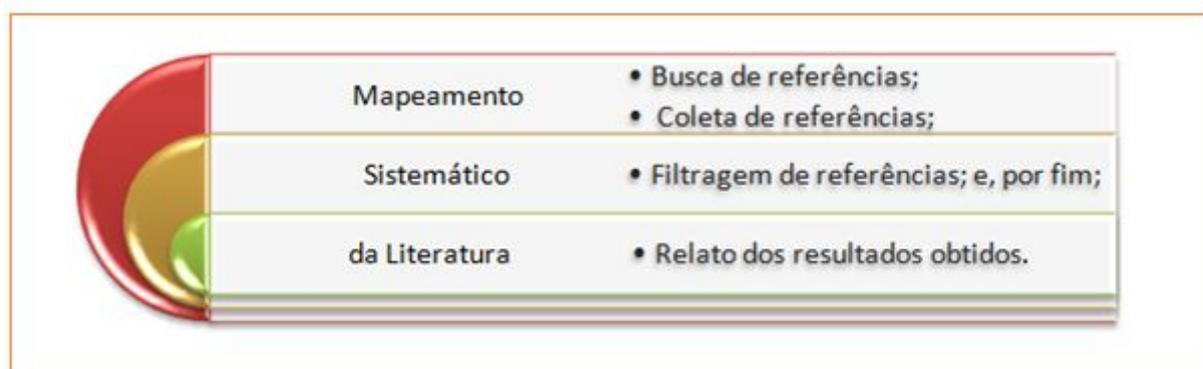
Núcleo	Mapeamento (ou estudos de escopo) busca encontrar de forma geral o que está acontecendo na área e se relaciona a perguntas exploratórias e da base-rate.	Busca encontrar de forma geral o que está acontecendo na área e se relaciona a perguntas exploratórias e da base-rate.
Resultado	Dar ao pesquisador um panorama mais geral do que está acontecendo, quem (pesquisador) ele deve seguir ou procurar conversar, onde publicar, quais variáveis ele deve levar em consideração em suas pesquisas.	Proporciona ao pesquisador um panorama mais holístico das comunicações científicas, qual o pesquisado mais interage e comunicação e cria, onde se publica, as variáveis ele deve levar em consideração em seus estudos.

Fonte: os autores, com base em Ribeiro (2016?); notas de monteiro. inf.br/site.

O Mapeamento Sistemático da Literatura (*Systematic Literature Mapping* – SLM em inglês), é um método que, segundo Proença Júnior e Silva (2016, p. 234), apoia o situar de um dado assunto num campo científico e, portanto, “a meta de um Mapeamento Sistemático é relatar o que encontra de pertinente para uma dada pesquisa (ou, mais amplamente, para um determinado assunto) em todos os espaços e atividades que conformam o assunto até o momento de sua realização”. Nesse sentido, o método, por identificar, medir, avaliar e analisar as tendências científicas amplia o terreno de contestação acerca das dinâmicas e das comunicações do fazer científico.

Em linhas gerais, o percurso metodológico adentra em aspectos do MSL e, busca identificar peculiaridades e construtos relativos à comunicação científica acerca das políticas públicas arquivísticas – o que corrobora ao denodo das pesquisas (princípios, atores e processos) para o situar e avanço da ciência. Assim como expuseram Proença Junior e Silva (2016) e Santa Anna (2017), a elaboração MSL serve como fio metodológico e condutor para a construção desta pesquisa, o que se delineaia nas vias de três etapas basilares, a saber:

Figura 1. Gráfico da distribuição do número de artigos por ano



Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

A aplicação do MSL muito se assemelha aos procedimentos inerentes a uma revisão sistemática da literatura, em especial no que se alude a afirmação e fidelização dos rigores metodológicos impetrados no decurso desse tipo peculiar de revisão, conforme reporta os estudos de Galvão e Pereira (2014). Nesse contexto, os mapeamentos são fundamentais para analisar e construir indicadores sobre a dinâmica e evolução da informação científica e tecnológica; e nisto, se situar o amadurecimento de qualquer área do conhecimento, pois elucida lacunas no estado da arte. Destarte, torna-se imprescindível, antes de se iniciar a apresentação e análise das características do tema a ser mapeado, definir, além do ambiente de investigação, as estratégias para busca e seleção do material a ser analisado.

3.1 Processo de busca, coleta e delimitação do tema na base de dados

No contexto deste estudo, o mapeamento foi realizado na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em CI, no Brasil, a Brapci. Em relação ao diagnóstico, optou-se por um levantamento quase exaustivo do conjunto dos artigos de periódicos disponibilizados na Brapci – visto a complexidade do tema para a área da Ciência da Informação.

No que tange à seleção da Brapci, Farias e Santos (2020, p. 34) apontam que a coleta dos dados envolve a questão da representatividade e consistência base de dados para a área de Ciência da Informação, convergindo, assim, “publicações na área da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Gestão da Informação. A referida base brasileira disponibiliza trabalhos indexados de periódicos e eventos nas áreas supramencionadas, por meio de recursos de busca simples, com uma interface intuitiva para o pesquisador”.

No entanto, Miguel e Costa (2019) alertam que vários periódicos brasileiros (revista online de Arquivo Público dos Estados por exemplo) ainda não aparecem na base, o que pode dar uma dimensão menos exata ao diagnóstico situacional. Contudo, os pesquisadores apontam que a Brapci tem ampliado, significativamente, o número de periódicos indexados e as ferramentas para indexação vem se tornado eficiente – ao que tange a organização e disseminação dessas publicações.

Isto posto, se instrumentalizou assim, os critérios seletivos (Quadro 3) das fontes a serem recuperadas no processo de mapeamento, dado o discernimento a seguir:

Quadro 3. Critérios seletivos para formação da amostra a ser mapeada

Seleção de publicação	Base de Dados	Possível recorte no catálogo da Base de Dados	Descritores para a busca documental	Categorias para a análise	Estratégia de filtragem
Artigos de periódicos	Brapci	De 1972 a 2019 (parâmetro limite estabelecido pela Brapci, porém pesquisado de 2011-2020).	1 - periódico científico, 2 - periódicos eletrônicos, 3 - portais de periódicos	1 - ano de publicação, 2 - autorias, 3 - periódicos utilizados para publicação, 4 - métodos de pesquisa, 5 - principais assuntos	Leitura do título, resumo, introdução e conclusão dos artigos.

Fonte: Elaborado pelos autores com base na busca em brapci. inf (2021)

O acervo dessa base é composto por 19.255 trabalhos, sendo 68 periódicos impressos e eletrônicos da área de CI (abrangência nacional) e 16 revistas internacionais, além de 2.244 trabalhos publicados em eventos e algumas teses e livros indexados (BRAPCI, 2021). Dos periódicos brasileiro disponíveis, 54 estão ativos e 14 são considerados históricos, encontram-se descontinuados.

Desse modo, a presente pesquisa apresenta subsídios que permite cogitar a elaboração ou utilização da MSL no cenário da CI e da arquivística. A análise de comunicações relevantes dá suporte à tomada de decisão e à melhoria da prática arquivística, o que é realçado no número de publicações recuperadas e quantitativo de publicações selecionadas após o processo de leitura – considerando-se cada um dos descritores (Quadro 4) aplicado no processo de busca e de recuperação dos artigos na Brapci.

Quadro 4. Quantitativo de itens reavidos com a inclusão/exclusão pelo crivo temporal (2011 a 2020)

DESCRITORES	Materiais recuperados	Artigos selecionados após leitura
Políticas Públicas Arquivísticas	13	7
Política Pública De Arquivo	38	14

Fonte: os pesquisadores; baseado em título, palavra-chave e resumo; seleção por tempo/relação na Brapci.Inf (2021).

A seleção dos estudos para a avaliação crítica é essencial, a fim de se obter a fidedignidade e assim, após as etapas iniciais do MSL (busca, coleta e filtragem das referências) concretiza-se uma amostra com 21 artigos, distribuídos na Brapci em 13 veículos de comunicação científica da CI com recorte temporal delimitado entre 2011 e 2020. Desta forma, os “recortes justificam-se pela

apreciação do panorama atual das publicações sobre mediação em arquivos indexada em uma base de dados da área, com ampla visibilidade no cenário brasileiro” (FARIAS, SANTOS, 2020, p. 29).

Em seguida, igualmente cotizar-se, a opulência da amostragem, ao retrato transigente da cobertura, pertinência e resultância expressa e sustentável da visibilidade dessa temática – conforme se apura (seleção após leitura) um rol de 33 pesquisadores.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se os resultados das análises e da síntese do MSL a partir das buscas realizadas na Brapci, o que permite enriquecer a discussão sobre o rumo das comunicações científicas e as prováveis tendências (teorias e práticas) no âmbito científico, jurídico e tecnológico das políticas públicas arquivísticas – espaço cada vez maior como objeto de pesquisa na Arquivologia, conforme alega Jardim (2006).

4.1 Dados bibliométricos gerais sobre as pesquisas de memória organizacional e ontologias

A pesquisa bibliométrica, realizada na Brapci, permitiu selecionar 21 itens documentais. Analisando o rol amostral no que abrange os anos de publicação, nota-se que, quanto às intercorrências há pouca incidência de pesquisas ao longo dos anos – contudo se ratifica a imutabilidade dessa temática também sinaliza intercorrências dignas de pauta. A Figura 2 ilustra a distribuição do número e crescimento de artigos por ano envolvidos nessa análise.

Figura 2. Gráfico da distribuição do número de artigos por ano.

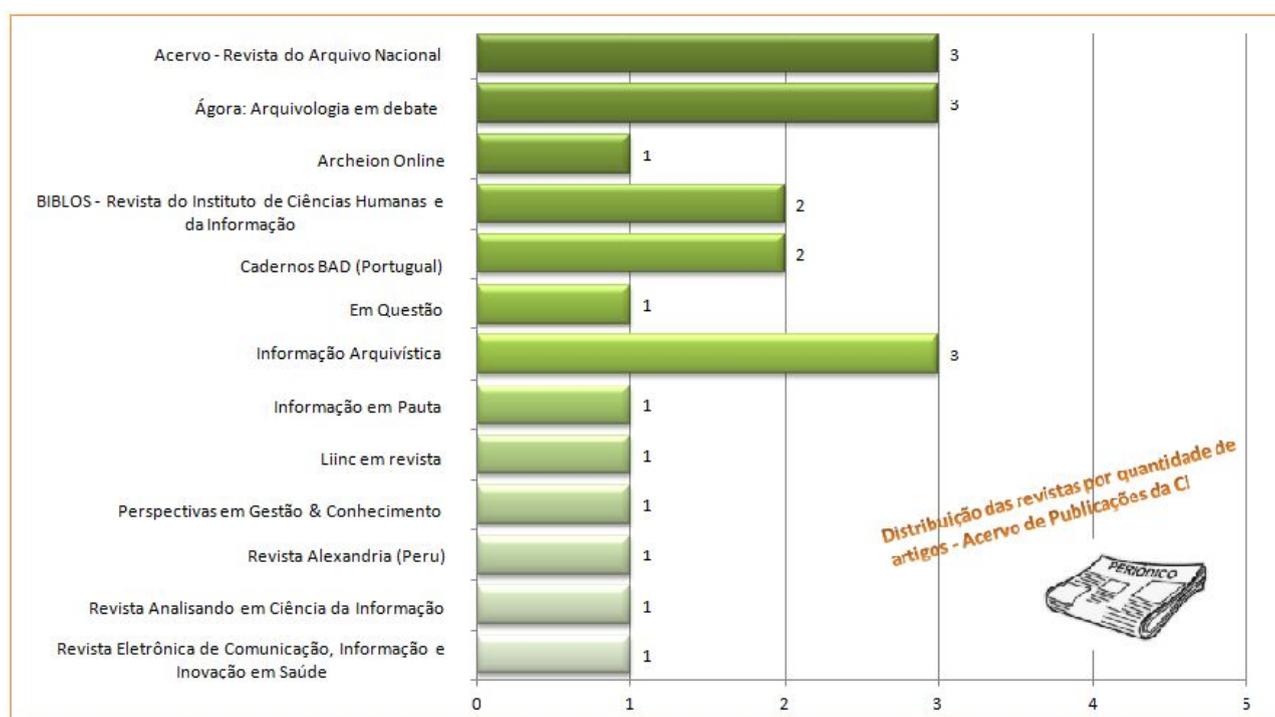


Fonte: elaborado pelos autores, com base em Brapci.Inf (2021).

O recorte temporal adotado (2011 a 2020) do estudo mostra que houve apenas uma publicação no ano de 2012, 2016, 2017 e 2019 e três itens documentais nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2020. Portanto, na segunda década do século XXI o número de publicações pouco varia – há um rol mínimo de publicações na década e, por fim, apura-se que o Encontro Nacional de Pesquisa em CI (2017, 2018) é que vem acirrando um painel de debate dessa temática.

Com isso percebe-se uma regularidade na quantidade de artigos nesses dez anos, sem apresentar um evocativo para edições ou chamadas especiais ao tema. Ao mapear os periódicos, nota-se a presença de revistas de outros países como Brasil, Peru e Portugal – isto é (gráfico 2).

Figura 3. Gráfico da distribuição das revistas por quantidade de artigos



Fonte: elaborado pelos autores com base na busca em brapci.inf (2021).

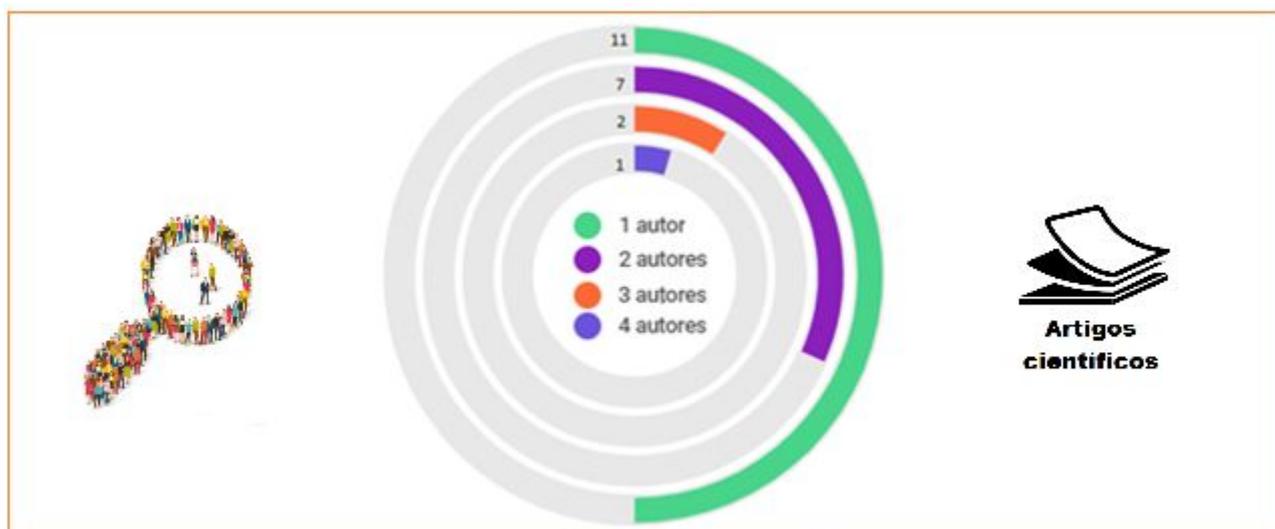
A figura 3 indica um maior número de publicações nas revistas 'Acervo', Ágora e Informação Arquivística com três artigos, seguida da revista Biblos (do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG) e dos Cadernos BAD (da Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas de Lisboa) com duas publicações no período de 2011 a 2020. As publicações localizadas na Brapci enfocam nesses espaços as Políticas Arquivísticas de outras nações como Espanha, Portugal e Moçambique.

Assim, ao se identificar a produção científica sobre as Políticas Públicas Arquivísticas na Brapci, demonstra um mapeamento de um incipiente debate dessa temática, tanto em periódicos como nos Programa de Pós-graduação em CI (PPGCI) do Brasil. Diante esse panorama de uma década, se sustenta uma escassez de pesquisas e práticas no entorno das políticas públicas arquivísticas, e nisso Jardim (2018, p.6-14) relata:

No que se refere às políticas públicas arquivísticas, a literatura a respeito aponta para uma escassez de iniciativas. Também nesse caso a fragilidade conceitual sobre o tema sustenta vários discursos oficiais nos quais a existência de uma política arquivística é proclamada ao sabor dos interesses políticos do momento [...]. Talvez sejam necessários novos dispositivos de gestão arquivística para a renovação e fortalecimento das instituições arquivísticas no cenário contemporâneo [...]. A atuação do arquivista demanda conhecimentos para uma gestão arquivística com parâmetros que derivam não só da arquivologia, mas também da administração e outras áreas.

No que se refere à particularidade da autoria, importante destacar que foi analisado cada item documental e no MSL pode-se deoatar o número de autores que participaram da elaboração de cada trabalho. Nessa perspectiva, a partir de uma particularização, ou seja, por um processo de generalização baseado na indeterminação de traços, os quais indicam aspectos como: autoria individual, duplas, três ou quatro pesquisadores – sinalizados no infográfico (Figura 4) a seguir:

Figura 4. Gráfico da distribuição dos artigos por quantitativos de pesquisador



Fonte: os autores, situando um rol de 33 pesquisadores e 21 artigos, com base busca em brapci.inf (2021).

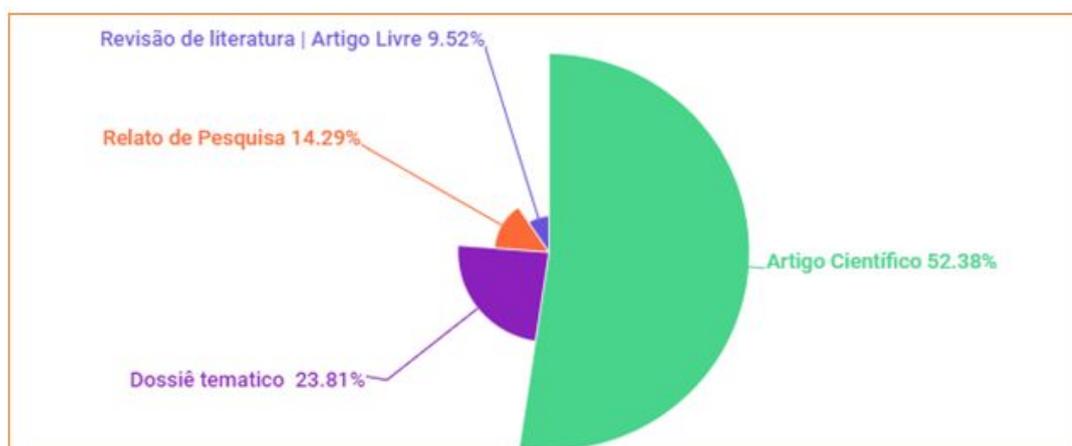
Os 21 trabalhos mapeados expõem diferenças quanto ao número de participantes na composição da comunicação científica, isto é a autoria. Conforme a ilustração (Figura 4) a menor parte dos artigos foi desenvolvida em grupos (três publicações) de três ou mais pesquisadores, sendo que a concentração dessa produção envolve a autoria individual (11 artigos) ou uma dupla de pesquisadores (sete artigos).

No desenvolvimento do MSL, percebe-se que o estudo não identifica a predominância de uma rede de colaboração sofisticada. Não obstante, de encontro a essa constatação, a rede de comunicação e sociabilidades emerge com as redes sociais da internet e fomenta uma nova dinâmica internacional e nesse sentido, algumas alterações são situadas:

Em especial, a Internet possibilita novas configurações de autoria. Observa-se, assim, uma alteração na função classificatória da autoria, uma vez que, na Internet, as obras não mais se apresentam unicamente como produções exclusivas de um autor que se pode reconhecer, 'mas também como obra coletiva, múltipla' e [...]. Nesse sentido, percebe-se que a rede de comunicações que se forma com o auxílio da Internet proporciona uma maior interação entre os indivíduos, permitindo que a criação, publicação, distribuição e uso das produções científicas aconteçam de forma integrada, simultânea e independente de espaço físico, aproximando, assim, autores, produtores e consumidores, ampliando as possibilidades de produção científica (DROESCHER; SILVA, 2014, p. 177).

No processo de mapeamento, outra questão a ser considerada remete a matriz de ocorrência do tema nas revisitas; isto, grosso modo, pode ser alvo de exame para se atingir a proposta de levantar itens inerentes à temática. Constata-se a aparição dos artigos nas seguintes sessões: 11 (52,38%) artigos científicos (pesquisas), cinco (23,81%) textos em dossiê temático, três (14,29%) relatos de caso/pesquisa/experiência e dois (9,52%) artigos de opinião (livres, revisões da literatura).

Figura 5. As seções em que se classificação as publicações



Fonte: elaborado pelos autores com base na busca em brapci.inf (2021).

Os dados constantes na ilustração (figura 5) envolve o painel acerca da 'Política de Seção', e esta pode incluir artigos (de pesquisa, original, revisão, estudo de caso), relato de experiência, entrevistas, resenhas, notas, registros/expediente e editorial.

Em linhas gerais, as sessões são determinadas pela política do periódico, tendo algumas vezes, partes especiais demarcadas para as chamadas temáticas - dossiê temático. Por conseguinte, se constata três trabalhos (relato de pesquisa e de experiência) norteados em pesquisas metodologicamente fundamentadas, criteriosamente conduzidas e adequadamente analisadas sobre a perspectiva da configuração das políticas públicas arquivísticas no âmbito nacional e internacional.

Os resultados remissivos aos métodos de pesquisa de itens documentais, em geral, elencam a aplicação de pesquisas de campo e de estudos de caso, normalmente utilizando observações e inventários acerca das Políticas Públicas Arquivísticas. Este ponto pode ser focalizar futuras investigações, uma vez que o indicador bibliométrico – session – da Brapci vêm sendo aprimorado. Destarte, se percebe que a revisão de meta de ampliação progressiva dos padrões de metadados imprescindível da confiabilidade e conscienciosidade que vem sendo aprofundada. Em suma, a finalidade de mapear de dados sobre as Políticas Públicas Arquivísticas adentra, tangencialmente, em aspectos técnicos, semânticos, cognitivos, pragmáticos e sociais da evolução/tendências epistemológico-teóricas da CI.

Por fim, o exame do núcleo temático dos artigos, e nessa via o direcionar dos assuntos, permite circunscrever uma expansão de temas que correlacionam ações de inteligência e cultura, saúde e dados abertos, direito de acesso e memória política, patrimonialização e os tramas jurídicos.

Esses assuntos foram identificados pela leitura na íntegra dos 21 artigos, e à distribuição e do número de palavras-chave e conteúdo retoma um conjunto de 184 palavras inerentes as Políticas Públicas Arquivísticas e, há proeminência para a atuação do Poder Executivo (em geral) e para instâncias como:

Figura 6. Gráfico da identificação e distribuição das palavras mais recorrentes em resumos



Fonte: elaborado pelos autores com base na busca em brapci.inf (2021).

De acordo com os dados expostos na Figura 6, se constata os assuntos mais recorrentes, e apesar de ser incipiente diversidade de literatura, há um conjunto de ações sinérgicas realizadas em âmbito setorial podem auxiliar e favorecer as provocações em torno da Administração Pública, Arquivística, Arquivo Público, Arquivologia, Ciência da Informação, Cultura, Gestão Documental, Memória, Política de Arquivo, Política Pública Arquivística, Política Pública de Informação, Sistema de Arquivo – representando, nesse contexto, vocábulos de termos que expressam essa temática nas comunicações científicas. As outras palavras juntas chegam a um total de 184 palavras, o que demonstra a diversidade de assuntos presentes no cerne de questões cruciais relacionadas à natureza do Estado e suas funções de regulação e prestação de serviços.

Cabe destacar que para Jardim (2009, p. 59) o fazer e o quê contemplar nas “políticas públicas arquivísticas também talvez seja mais desconhecido do que supomos.” Nessa via, o mapeamento sistemático da diversidade arquivística ratifica esse quadro e indica que o tema políticas públicas de arquivo carece ser mais bem desenvolvido no tônus da comunicação e investigação científica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que este artigo traz à discussão o termo Políticas Públicas de Arquivo, permitindo verificar na Brapci quais os periódicos as Palavras-chave que tratam o assunto em

questão, trazendo também maior conhecimento acerca do tema em tela. A inserção de periódicos científicos em plataformas e ambientes digitais, de acesso livre, propicia que um maior número de pesquisadores e estudiosos busquem e obtenham informações, aumentando o fluxo da comunicação científica, além de possibilitar seu armazenamento, porém deve-se ter sempre em mente que as instituições responsáveis pela publicação dos periódicos que compõem essa base devem buscar constantemente melhorar a qualidade de suas publicações.

Os resultados obtidos através desta pesquisa permitem mostrar o que consta na Brapci, no período de 2011-2020, acerca do tema Políticas Públicas de Arquivo considerando alguns aspectos intrínsecos das publicações analisadas, o que consolidou o mapeamento dessa literatura, a qual pode ser considerada como um dos fragmentos da CI no Brasil. Esse fato não exige que novas pesquisas sejam desenvolvidas em outras bases de dados ou em outros períodos temporais.

Conforme aponta Jardim (2009, p. 59) quanto maior a percepção dos “variados atores envolvidos no desenho e implementação de políticas públicas arquivísticas, maiores as possibilidades de contemplarmos [...] a produção de mais conhecimento sobre a nossa diversidade arquivística que poderá subsidiar ações transformadoras no cenário arquivístico brasileiro”. Essa assertiva vai ao encontro da necessidade de que sejam desenvolvidas mais pesquisas nesta área, demonstrando se houve uma evolução das políticas públicas voltadas para os arquivos.

Tendo em vista as limitações desta pesquisa, sugere-se a análise de um número maior de congressos e periódicos, tanto nacionais quanto internacionais, o que possibilitaria traçar um panorama da pesquisa nestas duas dimensões – nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

ARREGUY, C. A. C.; VEN NCIO, R. P. Políticas públicas e legislação arquivística no Brasil. **Informação Arquivística**, n. 2, v. 6, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/90924>. Acesso em: 06-ago.-2020.

Brapci.Inf. **Sobre a Brapci**: nossa coleção. Universidade Federal do Paraná: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/collections>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Decreto nº 79.099, de 6 de Janeiro de 1977. Aprova o regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79099-6-janeiro-1977-428278-norma-pe.html>. Acesso em: 06 dez. 2017.

CAVALCANTE, P. Os Determinantes das políticas públicas: uma revisão de literatura. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 35, 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Encontro da ANPAD, 35, 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB980.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

DROESCHER, F. D.; SILVA, E. L. O pesquisador e a produção científica. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, pág. 170-189, março de 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/pci/v19n1/11.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-99362014000100011>.

DURCE, C. L.; SOUSA, R. T. B. Políticas arquivísticas institucionais. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/50226>. Acesso em: 06 ago. 2020.

FARIA, C. A. P. Ideias, conhecimento e políticas públicas. **RBCS: Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15984.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

FARIAS, D. S.; SANTOS, T. H. N. A produção científica sobre mediação da informação em arquivos: uma análise bibliométrica. **IRIS**, v. 6, p. 28-43, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/IRIS/article/view/248583>. Acesso em: 12 jan. 2021.

GALVAO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v23n1/v23n1a18.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública: Seus Ciclos e Subsistemas: uma Abordagem Integradora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INDOLFO, A. C. **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2013. p. 14.

JARDIM, J. M. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo federal. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 42 n. 1, p.35-49, jan./abr., 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1393/1571>. Acesso em: 31 jul. 2019.

JARDIM, J. M. Diversidade arquivística e políticas de arquivos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 1, abr. 2009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3312/2422>. Acesso em: 27 set. 2020.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31-45, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/108130>. Acesso em: 17-dez.-2020.

JARDIM, J. M. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. **Liinc em revista**, n. 1, v. 7, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93612>. Acesso em: 06-ago.-2020.

JARDIM, J. M. Políticas Públicas Arquivísticas: Princípios, Atores E Processos. **Arquivo & Administração**, n. 2, v. 5, 2006. Disponível em: <http://www.arquivistica.fci.unb.br/arquivo-e-administracao/politicas-publicas-arquivisticas-principios-atores-e-processos/>. Acesso em: 06-ago.-2020.

LOTTA, G. S. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Org). **Implementação de políticas públicas: teoria e práticas**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

MARTINS, D. L. Mapeamento da produção científica e participação dos autores nos anais do ENANCIB: uma análise a partir da correlação entre as redes de coautoria e redes de participação nos grupos de trabalho. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, p. 71-88, 11. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/73277>. Acesso em: 06-ago.-2020.

MIGUEL, M. C.; FERREIRA DA COSTA, R. DA P. Produção acadêmica sobre arquivos privados: uma análise bibliométrica na Brapci. **BibliCanto**, v. 5, n. 1, p. 42 - 65, 30 dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/18747>. Acesso em: 18-nov.-2020.

RIBEIRO, D. M. **Diferença entre mapeamento Sistemático e Revisão Sistemática da Literatura**. Blog Prof. Danilo Monteiro, Recife, [2016?] Disponível em: <http://monteiro.inf.br/site/index.php/blog/31-diferenca-entre-mapeamento-sistematico-e-revisao-sistematica-da-literatura>. Acesso em: 19 abr. 2020.

PINTO, M. C. S. A dificuldade de implementação de políticas públicas arquivísticas nos arquivos municipais. **UEaDSL: Universidade EAD e Software Livre: UFMG**, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://ueadsl.textolivre.pro.br/2012.2/papers/upload/24.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

PROENÇA JUNIOR, D.; SILVA, É. R. Contexto e processo do Mapeamento Sistemático da Literatura no trajeto da Pós-Graduação no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 233-240, Ago. 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/116865>. Acesso em: 06-ago.-2020.

QUEIROZ, R. B. **Formação e gestão de políticas públicas**. 2. ed. rev. atual. e ampl. Curitiba, Ibpex, 2009.

RADAELLI, C. The role knowledge in the policy process. **Journal of European Public Policy**, Reino Unido, v. 2, n. 2, 1995, p. 159-183.

RODRIGUES, M. M. A. Ciclos (ou processos de gestão) das políticas públicas. Políticas Públicas - Coleção Folha Explica, São Paulo: Publifolha, 2010. p. 46-53. Disponível em: <https://profwalfredoferreira.files.wordpress.com/2013/10/marta-rodriques-ciclos-das-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: PubliFolha, 2011.

SANTA ANNA, J. Mapeamento Sistemático Da Produção Científica Sobre O Tema Periódicos Científicos: Um Estudo Na Base De Dados Em Ciência Da Informação. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - SECIN, 7, ago. 2017, Londrina. **Anais** [...] Encontro do SECIN, 7, 2017.

Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/viewFile/478/292>. Acesso em: 30 dez. 2020.

SANTOS, R. N. M.; KOBASHI, N. Y. Bibliometria, Cientometria, Infometria: conceitos e aplicações. **PBCIB**, Brasília, v.2, n.1, p.155-172, 2009. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10089?mode=full>. Acesso em: 06-ago.-2020.

SILVA, D. B. Onde está a sociedade civil na política nacional de arquivos? **Informação Arquivística**, n. 1, v. 4, 2015. Disponível em: <http://brapci.inf.br/index.php/res/v/41713>. Acesso em: 06-ago.-2020.

SILVA, J. A. A política nacional de arquivos: a ação do arquivo nacional e do conselho nacional de arquivos. **Ágora**, Florianópolis, n. 7, 1996. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/14990>. Acesso em: 11 set. 2020.

SILVA, L. C. **Desafios da implementação da política pública de arquivos**: as funções arquivísticas e o acesso à informação na prefeitura municipal de Vitória, ES. 2020. 263 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

SILVA, S. C. A. **Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

SOUSA, R. T. B. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1026>. Acesso em: 14 jan. 2020.

NOTAS DE AUTORIA

Luiz Carlos Silva

Graduado em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006) e Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2020), atuando principalmente nos seguintes temas: memória institucional, patrimônio documental, preservação, conservação e restauração de documentos, e políticas públicas em Arquivologia.

<http://lattes.cnpq.br/2553964864422495>

Rosa da Penha Ferreira da Costa

Doutora em Ciência da Informação (Dinter Unb/UFES), Coordenadora do Mestrado em Ciência da Informação (PPGCI/UFES).

<http://lattes.cnpq.br/3409664107216795>

Marcelo Calderari Miguel

MBA em Auditoria e Perícia Contábil; Administrador e Arquivista pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Servidor da Caixa Econômica Federal (CEF).

<http://lattes.cnpq.br/5290994830537934>